

TERMOGÁS S.A.
CNPJ Nº: 02.723.396/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Submetemos a apreciação de V. Sas. As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinadas através das próprias Demonstrações Contábeis. Colocamo-nos a disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

JOSE CARLOS DE SALLES GARCEZ
Diretor - Presidente

HERMANO DARWIN VASCONCELLOS MATTOS
Diretor

JOSE AUGUSTO GOMES NOGUEIRA
Contador – CRC BA 029.138/0-8

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
ATIVOS			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	61.433	43.004	Fornecedores	4	121
Impostos a recuperar	6.322	5.152	Impostos, taxas e contribuições	33	73
Despesas reembolsáveis	3.203	5.120	Dividendos a pagar	35.000	50.308
Dividendos a receber	61.511	63.309	Obrigações trabalhistas	9	9
Outras contas a receber	260	256			
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES	132.729	116.841	TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTES	35.065	50.511
NÃO CIRCULANTES			NÃO CIRCULANTES		
Partes relacionadas	153.697	46.648	Partes relacionadas	169.163	123.056
Investimentos	293.022	330.924	Receitas Diferidas	-	1.883
Imobilizado	5.924	5.889	Provisão para perda em investimentos	6.214	6.019
			Dividendos a pagar Longo Prazo	280.436	73.416
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	452.643	383.461	TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES	455.814	204.374
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	78.744	78.744
			Reserva legal	15.749	15.749
			Reservas de Lucros a Distribuir	-	150.924
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94.493	245.417
TOTAL DOS ATIVOS	585.371	500.302	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	585.371	500.302

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o dividendos propostos por ação)					
	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO	RESERVA LEGAL	LUCRO A DISTRIBUIR	RESULTADO DO EXERCÍCIO
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024	78.744	75	15.782	85.580	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	86.634
Destinação do Lucro:					
Constituição de Reserva Legal	-	-	(33)	33	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	336	(21.658)
Transferência entre contas	-	-	-	64.975	(64.975)
Adiantamento Futuro Aumento Capital	-	75	-	-	(75)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	78.744	-	15.749	150.924	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	86.896
Destinação do lucro:					
Dividendos	-	-	-	(150.924)	(86.896)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	78.744	-	15.749	-	94.493

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		86.896		86.896	86.634
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial		(89.047)		(89.163)	(99.163)
Depreciação e amortização		12		11	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Impostos a recuperar		(1.170)		(906)	
Outras contas a receber		(2.184)		(250)	
Mituo		-		(1)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(118)		74	
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		1		(4)	
Impostos, taxas e contribuições		(40)		38	
Receitas Diferidas		-		(803)	
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(5.633)	(14.372)			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Partes Relacionadas		(105.000)		2.310	
Adiantamentos para futuro aumento de capital - ativo		(2.593)		-	
Aquisição de Imobilizado		(46)		(10)	
Integralização de capital em investida		-		(5.250)	
Recebimento de Dividendos		131.700		17.481	
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	24.061	14.530			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	-	-			
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.428	158			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA REPRESENTADO POR:					
No início do exercício	43.004	42.846			
No final do exercício	61.433	43.004			
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.428	158			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2025	
(Valores expressos em milhares de reais)	

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia foi fundada em 1o de julho de 1998 e tem por objetivo a participação em empreendimentos de transporte e distribuição de gás natural canalizado assim como em empresas de prestação de serviços de operação e manutenção de termelétricas.

As controladas em conjunto da Companhia estão sumariadas na nota explicativa no 2.

2. SOCIEDADES DO GRUPO

A seguir apresentamos as participações nas investidas da Companhia:

	PARTICIPAÇÃO - %	CAPITAL TOTAL
INVESTIDAS	31/12/2025	31/12/2024
Companhia Rondoniense de Gás S.A. - RONGÁS	83,00%	83,00%
Companhia Maranhense de Gás S.A. - GASMAR	74,50%	74,50%
Companhia de Gás do Piauí S.A. - GASPISA	59,36%	59,36%
Companhia Brasileira de Gás S.A. - CEBGÁS	75,00%	75,00%
Companhia de Gás do Amapá S.A. - GASAP	74,50%	74,50%
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. - GOIASGÁS	74,30%	73,90%
TMN Transportadora S.A	84,65%	84,65%
Companhia de Gás do Pará S.A. - GASPARÁ	74,50%	74,50%
Manausgás S.A.	50,00%	50,00%
TNG Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Companhia de Gás do Amazonas S.A. (indireta pela Manausgás)	83,00%	83,00%
Transportadora de Gás do Pará S/A - TGP	99,98%	99,98%

• Participações da TERMOGÁS S.A

COMPANHIA RONDONIENSE DE GÁS S.A. – RONGÁS (Companhia em fase pré-operacional)

A Companhia Rondoniense de Gás S.A. – RONGÁS (“RONGÁS”) foi criada pela Lei Estadual nº 728, de 14 de julho de 1997, como uma sociedade de economia mista, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado de Rondônia, no prazo de 25 anos, podendo ser prorrogado por igual período.

A RONGÁS tem por objeto social promover a produção, importação, aquisição, armazenamento, distribuição, comercialização, transporte, e a prestação de serviços correlatos na área de gás natural, seja para fins de matéria prima e geração de energia elétrica, combustivel, além de outras finalidades e usos que os avanços tecnológicos permitem.

Até o início das operações da RONGÁS a Companhia depende de suporte financeiro dos sócios e/ou de terceiros.

COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR

A Companhia Maranhense de Gás – GASMAR (“GASMAR”) foi constituída em 26 de junho de 2002 pela Lei Estadual nº 7.595, de 11 de junho de 2001, como uma sociedade de economia mista, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Maranhão até o dia 10 de junho de 2031, podendo ser prorrogado por igual período.

A GASMAR tem por objeto social a exploração, com exclusividade em todo o território do Estado do Maranhão, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA (Companhia em fase pré-operacional)

A Companhia de Gás do Piauí – GASPISA (“GASPISA”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 28 de fevereiro de 2002 com autorização da Lei Estadual nº 5.192, de 25 de maio de 2001, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Piauí até o dia 24 de maio de 2031, podendo ser prorrogado por igual período.

A GASPISA tem por objeto social a exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Piauí, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. Poderá também exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros e, participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais.

Até o início das operações da GASPISA a Companhia depende de suporte financeiro dos sócios e/ou de terceiros.

COMPANHIA BRASILENSE DE GÁS - CEBGÁS

A Companhia Brasileira de Gás - CEBGÁS (“CEBGÁS”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2011, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000, e tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustivel, canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para

fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A CEBGÁS entrou em operação parcial em 8 de novembro de 2007, através do suprimento de GNL (Gás Natural Liquefeito), proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que a operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ – GASAP (Companhia em fase pré-operacional)

A Companhia de Gás do Amapá – GASAP (“GASAP”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 22 de outubro de 2003, pela Lei Estadual nº 705, de 5 de julho de 2002 alterada pela Lei Estadual nº 750, de 30 de abril de 2003, como uma sociedade de economia mista, com concessão para exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado no Estado do Amapá até o dia 21 de outubro de 2033, podendo ser prorrogado por igual período.

A GASAP tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço publico de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural ou manufaturado de produção no Estado do Amapá, pela União, terceiros nacionais ou decorrente de importação, para fins industriais, comerciais, residenciais, e qualquer outra finalidade licita de consumo direto ou como componente de produção, condizente com a tecnologia hodierna disponível. Poderá também explorar jazidas de gás natural existentes ou a prospecção para produção e distribuição canalizada mediante cessão da União Federal, em todo o território do Estado do Amapá, além de exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros e, participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais.

Até o início das operações da GASAP a Companhia depende de suporte financeiro dos sócios e/ou de terceiros.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A. – GOIASGÁS (Companhia em fase pré-operacional)

A Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. – GOIASGÁS (“GOIASGÁS”) foi constituída em 24 de julho de 2001, com autorização da Lei Estadual nº 13.641, de 9 de junho de 2000, e tem por objeto social a exploração dos serviços de gás canalizado, entendendo-se como tal a distribuição e comercialização de gás natural e de outras origens, utilizando-se para a prestação desses serviços, das vias terrestres e fluviais, além de outras atividades correlatas, necessárias para a distribuição do gás em todo o segmento consumidor, seja como combustivel, matéria-prima, petroquímica, fertilizante ou como oxi redutor siderúrgico, seja para geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A GOIASGÁS poderá também efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte, além de exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros, e participar do capital de outras sociedades, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 12 de setembro de 2031, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A GOIASGÁS entrou em operação parcial em 29 de novembro de 2006, através do suprimento de GNL (Gás Natural Liquefeito), proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Estado de Goiás, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que a sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Estado de Goiás por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. Até o início das operações da GOIASGÁS a Companhia depende de suporte financeiro dos sócios e/ou de terceiros.

TMN TRANSPORTADORA S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

A TMN Transportadora S.A. (“TMN”) é uma sociedade privada que tem por objeto social a engenharia, construção, instalação, titularidade, exploração comercial, operação e manutenção, direta ou indiretamente, de um duto para transporte de gás natural e instalações associadas partindo do “City-Gate” da PETROBRAS, localizado no Município de Pecém, Estado do Ceará, passando pelos Estados do Piauí e Maranhão, bem como explorar a comercialização de serviços de transmissão de dados e informações por fibra ótica ou outra forma de transmissão de dados e informações. O projeto de construção do Gasoduto Meio Norte deverá ter sua fonte de suprimento alterada, isso se deve às recentes descobertas de gás natural ocorridas na Bacia do Parnaíba, localizada na região de Capinzal do Norte – MA.

Até o início das operações da TMN a Companhia depende de suporte financeiro dos sócios e/ou de terceiros.

Companhia de Gás do Pará – Gás do Pará (Companhia em fase pré-operacional)

A Companhia de Gás do Pará – GÁS DO PARÁ (“GASPARÁ”) é uma sociedade de economia mista, constituída em 22 de novembro de 2006, cujo objeto social é a exploração, com exclusividade, do serviço publico de distribuição e comercialização, no varejo e no atacado, de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural ou manufaturado, de produção no Estado do Pará, pela União, terceiros nacionais ou decorrente de importação, para fins industriais, comerciais e residenciais, e qualquer outra finalidade licita de consumo direto

ou como componente de produção, condizente com a tecnologia mais moderna disponível, observando as leis e as normas de proteção ao meio ambiente em todo o território do Estado do Pará.

A GASPARÁ é concessionária exclusiva até o ano de 2036, prorrogável por mais 30 anos, da exploração dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o Estado do Pará, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidade e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Até o início das operações da GASPARÁ a Companhia depende de suporte financeiro dos sócios e/ou de terceiros.

MANAUSGÁS S.A.

A MANAUSGÁS S.A. (“MANAUSGÁS”) é uma sociedade anônima, constituída em 2002 com o objetivo de participar em empreendimentos ou outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia, acionista, consorciada ou quotista.

A MANAUSGÁS é acionista da Companhia de Gás do Amazonas – Cigás (“Cigás”), da qual detém 83% de seu capital social. A Cigás é uma sociedade anônima de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, criada mediante autorização da Lei Estadual nº 2.325 de 8 de maio de 1995, com autonomia administrativa e financeira. Com concessão para exploração de gás canalizado com prazo de vigência até 18 de novembro de 2032, tendo o início efetivo de suas operações começado em dezembro de 2010.

A Cigás tem por objeto social a exploração, com exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou necessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustivel, matéria-prima e insumos para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou como oxi-redutor siderúrgico, seja para a geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos a partir em 31 de janeiro de 2040, considerando a prorrogação do termo inicial autorizada pela Lei Estadual nº 3.690 de 21 de dezembro de 2011.

A Cigás assinou em 1o de junho de 2006 contrato com a Petrobras, com intervenção da Manaus Energia S.A., Eletronor e Eletrobras, de compra e venda de gás natural, o qual terá por prazo de vigência 20 anos e prevê o fornecimento comercial de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia de gás canalizado. Assinou nesta mesma data, contrato de fornecimento de gás natural para geração termelétrica, com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (anteriormente denominada Manaus Energia S.A.), com intervenção da Petrobras, Eletronor e Eletrobras, pelo prazo de 20 anos, com fornecimento de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia.

Em 2011 foi assinado pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a Eletrobras o terceiro aditivo do contrato de compra e venda de gás natural, o qual celebra uma nova quantidade diária contratual, que segue uma curva de volume incremental de fornecimento do gás natural até 2014, ano em que fixa o valor de 5.500 m³ por dia.

A TNG Participações Ltda. (Companhia em fase pré-operacional)

A TNG Participações Ltda. (“TNG”) foi constituída em 10 de outubro de 2001, como controlada em conjunto com a Petrobras Gás S/A – Gaspetro, com participação de 50% cada.

O objeto social da TNG é o desenvolvimento do projeto, engenharia, construção, instalação, titularidade, exploração, financiamento, operação e manutenção de um duto para transporte de gás natural e instalações associadas a partir da Província Petrolífera de Urucu, no estado do Amazonas, até Porto Velho, no Estado de Rondônia.

A TNG é responsável pela implantação do gasoduto Urucu-Porto Velho, com extensão de aproximadamente 510 km e capacidade para transportar até 2,5 milhões de m³ ao dia.

Até o início das operações da TNG a Companhia depende de suporte financeiro dos sócios e/ou de terceiros.

TRANSPORTADORA DE GÁS DO PARÁ S.A. – TGP (Companhia em fase pré-operacional)

Constituída em 20 de abril de 2007, a Transportadora de Gás do Pará S.A. – TGP (“TGP”) tem como objeto a engenharia, construção, instalação, titularidade, exploração comercial, operação e manutenção, direta ou indiretamente de um duto para transporte de gás natural no Estado do Pará (“Gasoduto”). A controlada encontra-se em fase pré-operacional.

Até o início das suas operações, a TGP dependerá de suporte financeiro dos sócios e/ou de terceiros.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos das orientações interpretativas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.

3.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações são apresentadas em milhares de reais – R\$ – a moeda funcional da Companhia.

3.4 Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações em notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício está relacionada, principalmente, aos seguintes aspectos: (i) perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo; e (ii) provisão para riscos trabalhistas, civis e fiscais; as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revisitas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Instrumentos financeiros

4.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a) e (c) mencionadas acima.

Os ativos financeiros compreendem:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa n° 10.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

4.2 Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

983 TERMOGAS_6x52_20260128_mlm 1.pdf

Código do documento: 983



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Registro de Eventos:

29 jan 2026, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 983

Criado por: Adriano Cardoso de Melo **Email:** adriano.cardoso@grupoatarde.com.br

DATE_ATOM: 2026-01-29T00:02:07-03:00

29 jan 2026, 00:02:07 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2026-01-29T00:02:07-03:00

29 jan 2026, 00:02:07 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Emissor do Certificado: CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2026-01-29T00:02:07-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 40e4cab8d2f88b39b476e5897ce162cc79145e0a1364d40bc99bdc6450aa84a1

[SHA512]: 84b29bde0135a467b4805f3524e659ef48e472a66d0e3df49ee6ecdcafe4aee3ef41628e13ecd953574a32c0de9af01717f1b70d8390da81ac1a67f9358c04c

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3